



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019

O **MUNICÍPIO DE SANTO AMARO - BAHIA**, mediante o **PREGOEIRO**, designado pelo Decreto nº 003/2018, torna público que, conforme autorizações contidas no **processo administrativo nº 143/2019** realizará licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL MENOR PREÇO POR LOTE**. A presente licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 105/2013, e subsidiariamente as normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e pelas condições previstas neste Edital e seus anexos, mediante as seguintes condições:

DATA DE ABERTURA: 24/07/2019

HORÁRIO: 09 horas – Horário do Estado da Bahia.

LOCAL: Na sala da Comissão de Licitação, situada na Praça da Purificação, s/n, ao lado da LACLISA, Centro, Santo Amaro – BA.

1 – DO OBJETO

1.1. – Constitui objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO – BAHIA**, conforme especificações do Anexo 01 e Termo de Referência contidos neste Edital, conforme solicitados no **processo administrativo nº 143/2019**.

1.2. – A licitante obriga-se a aceitar, quando solicitado pela Administração, nas mesmas condições e dentro do prazo contratual estabelecido, os acréscimos ou supressões que se fizer nas compras de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, na forma dos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

1.3. – Ficarão a cargo do(s) vencedor(es) do(s) LOTE(s) do certame as despesas com seguros, entrega, transporte, carga, descarga, tributos, proventos, combustíveis, manutenção, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto desta licitação.

2. – DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

2.1. – Poderão participar deste Pregão pessoas jurídicas nacionais que atenderem a todas as exigências estabelecidas neste Edital.

2.1.1 - Não poderão participar da presente licitação os que estejam suspensos de licitar ou impedidos de contratar com qualquer entidade integrante da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, direta ou indireta.

2.2. – Nenhum representante poderá representar mais de uma empresa licitante.

2.3. – Não poderá participar da presente licitação consórcio de empresas.

3. – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

3.1. – Os interessados, no dia, hora e local fixado no preâmbulo deste Edital, para a realização desta licitação, deverão entregar os seus envelopes contendo a Proposta de Preços (Envelope nº 01) e os Documentos de Habilitação (Envelope nº 02) devidamente fechados e indevassáveis, rubricados no seu fecho, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019

PROCESSO Nº 143/2019

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

DATA E HORÁRIO DE ABERTURA



**ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019
PROCESSO Nº 143/2019
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA**

3.2. – A declaração do licitante dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes do Edital, conforme Anexo IV, deverá ser apresentada por fora do Envelope nº 01 Proposta, juntamente com a Carta de Credenciamento ou outro documento conforme item 3.3, sendo que, a sua ausência penalizará no não credenciamento do representante da empresa.

3.3. – Do Credenciamento dos Representantes:

a) Só poderá deliberar em nome do proponente, formulando ofertas/lances de preços e praticar os demais atos pertinentes ao certame, o representante devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório junto ao Pregoeiro, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

b) O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular ou Carta de Credenciamento (Anexo III) com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

b1) Apresentar cópia autêntica de RG do representante e contrato social da empresa.

c) O credenciamento de que trata o subitem anterior, deverá ser entregue separado dos envelopes de "Proposta" e "Documentos de Habilitação".

d) A empresa deverá comprovar por meio de seu contrato social, requerimento de empresário ou outro documento equivalente, no ato do credenciamento, conforme descrição do CNAE, a compatibilidade da empresa com o objeto deste pregão e, em caso de incompatibilidade não irá participar do certame.

e) A empresa deverá comprovar a sua qualificação de micro ou pequena empresa, quando for o caso. Não será aceita declaração de contador.

4. – DA PROPOSTA

4.1. – A proposta (Anexo Ia) deverá estar assinada pelo licitante ou seu representante legal, redigida em português de forma clara, não podendo ser manuscrita e nem conter rasuras ou entrelinhas e incluirá:

a) **Valores unitários e globais do fornecimento**, em algarismos e por extenso (no total), expresso em moeda corrente nacional com, no máximo, duas casas decimais, devendo o preço incluir todas as despesas com transporte, encargos fiscais, comerciais, previdenciários, trabalhistas e quaisquer outros pertinentes ao objeto licitado;

b) Cotação do valor unitário, em real, para cada item cotado; em caso de divergência entre os valores unitários e globais, serão considerados os primeiros, bem como entre os expressos em algarismos numéricos e escritos divergentes, vigorará o valor por extenso;

c) Prazo mínimo de validade da proposta é de **60 (sessenta) dias**, a contar da data da reunião do Pregão. Se na proposta não constar prazo de validade, subentender-se-á de 60 (sessenta) dias;

4.1.1 - Somente serão consideradas para efeito de classificação da proposta para cada lote, as propostas que estiverem com preços cotados de cada item com o somatório total dos itens, ou seja, caso a Licitante deixe de cotar qualquer um dos itens do lote ficará alijada de participar da etapa de lances verbais do lote com itens não cotados, como também, com as marcas de todos os itens.



4.2. – Após a apresentação da proposta não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

4.3. – Do pagamento

- a) Os pagamentos serão efetuados após atesto do setor competente e, dentro do cronograma de pagamento financeiro. Na data da apresentação da fatura o contratado deverá estar de posse, em plena vigência da CRF de FGTS, da CNDT, além das certidões de tributos estadual, municipal e federal (conjunta com a Dívida Ativa da União, Procuradoria Nacional e Seguridade Social),

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Havendo erro na fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da fatura será suspensa para que a **CONTRATADA** adote as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerado, para efeito de pagamento, a data de reapresentação da fatura, devidamente corrigida.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajuste de preço.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento somente será efetuado se a nota fiscal for emitida conforme o exigido acima.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O descumprimento da letra “a” da cláusula 4.3 deste edital acarretará a rescisão do contrato, por inadimplemento de obrigação contratual, sem qualquer direito à indenização.

4.4. – Da execução do contrato:

- a) O objeto deste edital será de **entrega parcelada**, mediante autorização da Secretaria solicitante.

4.5. – O Prazo da contratação será de 12 (doze) meses.

4.6. – Local de Entrega do objeto.

- a) O objeto deste edital será de **entrega parcelada**, mediante autorização da respectiva Secretaria solicitante.

5. – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. – As despesas relativas ao pagamento correrão à conta dos Projetos Atividades a seguir:

UNID. ORÇAMENTÁRIA: 1818 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROJETO ATIVIDADE: 2003 - Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos
ELEMENTO DE DESPESAS: 33903000 – Material de Consumo;
FONTE: 0100 - Recursos Ordinários
0142 – Royalties/FEP/Compensação Financeira de Exploração de Recursos Minerais

UNID. ORÇAMENTÁRIA: 1319 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO ATIVIDADE: 2003 – Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos
2044 - Manutenção dos Serviços de Atenção Básica em Saúde
2045 - Manutenção dos Serv. de Gestão Ambulatorial e Hospitalar
2047 - Atenção Especializada em Saúde Mental – Caps
2050 - Manutenção dos Serviços de Vigilância Em Saúde
ELEMENTO DE DESPESAS: 33903000 - Material de Consumo;
FONTE: 6102 – Receita de Impostos e Transferência de Impostos Saúde
0114 – Transferência de Recursos d Sistema Único de Saúde - SUS

UNID. ORÇAMENTÁRIA: 1218 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



PROJETO ATIVIDADE: 2038 - Funcionamento da Rede de Educação Básica - Ensino Fundamental

2039 - Funcionamento da Rede de Educação Básica – Creche

2040 - Funcionamento da Rede de Educação Básica – Pre Escola

2042 - Funcionamento da Rede de Educação Básica - Ensino de

Jovens, Adultos e Idosos

2036 - Funcionamento da Rede de Educ. Básica - Ensino Especial

ELEMENTO DE DESPESAS: 33903000 - Material de Consumo;

FONTE:

7101 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos –

Educação – 25%

0119 - Transferências FUNDEB (aplicação em outras despesas de

Educação Básica - 40%)

0104 – Contribuição ao Programa Ensino Fundamental – Salário

Educação

UNID. ORÇAMENTÁRIA: E HABITAÇÃO 0514 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

0515 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0516 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

PROJETO ATIVIDADE:

2003 – Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos

2006 – Ações Integradas e Articuladas em Parceria com Entidades de

Assistência Social

2010 – Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social

2011 – Serviço de Proteção Social Especial as Pessoas com

Deficiência

2012 – Serviço de Proteção Social Especial as Pessoas Idosas e

SUAS Família

2007 – Serviço de Acolhimento a Criança e Adolescente

2008 – Serviço ou Proteção Social Básica

2009 – Serviço ou Proteção Social Especial de Alta Complexidade

2013 – Gestão Descentralizada do Bolsa Família

2014 – Gestão Descentralizada do SUAS

2017 – Manutenção da Proteção Social Especial de Média

Complexidade do SUAS

2018 – Manutenção do Fundo da Criança e do Adolescente

ELEMENTO DE DESPESAS: 33903000 – Material de Consumo;

FONTE:

0100 – Recursos Ordinários;

0128 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Assistência

Social – FEAS

0129 – Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência

Social – FNAS

6. – DA DOCUMENTAÇÃO

6.1. – Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto social publicado de acordo com a Lei Federal nº 6.404/76 ou contrato social em vigor e alterações, devidamente registrado e consolidado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.



d) Cópia autêntica do RG dos sócios ou documento equivalente.

6.2. – Documentos Relativos à Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade com as Fazendas Federal (conjunta a da Dívida ativa da União e relativa à Seguridade Social - INSS), Estadual e Municipal da sede da licitante;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRF;

6.3. – A Qualificação Econômica Financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da entrega das propostas e de início da abertura dos envelopes.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente lançados no Livro Diário registrado na Junta Comercial do domicílio ou sede da Empresa, que comprovem a situação financeira desta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta. O licitante apresentará, conforme o caso, publicação do Balanço ou cópia reprográfica das páginas do Livro Diário onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultado, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial, obrigatoriamente firmados pelo Dirigente/Sócio qualificado para tanto e contador, além de CRP válido do contador para a data do registro na JUCEB. **Em se tratando de empresa nova, apresentar Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial e com o CRP do contador, válido para a data do registro na Junta. A exigência desta alínea se aplica também, para licitantes qualificados como micro ou pequena empresa.**

6.4. – A Qualificação Técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) **Comprovação de aptidão do desempenho de atividade com a apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica para cada lote, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado com características semelhantes, prazo e quantidades às do objeto desta licitação (FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS), executadas a qualquer tempo, em papel timbrado da empresa emitente do atestado, sendo que, em caso de atestado emitido por órgão público, deverá ser apresentado, obrigatoriamente, junto com a comprovação de publicação do contrato/instrumento hábil competente em site oficial. Em caso de atestado emitido por órgão público, o mesmo não será aceito apresentado com assinatura de pregoeiro e presidente ou membro de comissões de licitações, em virtude destes servidores não terem competência legal para atestar recebimentos de mercadorias e execução de prestação de serviços.**

6.5. – Documentação Complementar:

- a) Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado, de cumprimento do disposto no Inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme Anexo V.
- b) Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado, de que o licitante não se encontra suspenso de licitar ou impedido de contratar com qualquer entidade integrante da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, direta ou indireta, conforme Anexo VI.



- c) Alvará de Funcionamento vigente, expedido pela Prefeitura da sede da Licitante;
- d) Prova de regularidade com a Justiça Trabalhista, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em conformidade com a Lei Federal nº 12.440/2011, em plena validade.
- e) A licitante deverá apresentar e seguir todos os anexos deste edital, em cada fase do procedimento, conforme estabelecido, sendo que, o não cumprimento acarretará inabilitação da licitante, salvo a possibilidade de aproveitamento dos atos do licitante.

PARÁGRAFO ÚNICO – A apresentação de declaração falsa pelo licitante acarretará a aplicação da penalidade prevista na letra “d” do item 8 – Das PENALIDADES, deste edital.

6.6. – Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada ou ainda em cópia simples neste caso, mediante a apresentação dos originais, para conferência e autenticação, até 24 horas antes da abertura do certame, ou no ato de recebimento dos envelopes.

6.6.1 – Em conformidade com artigo 26, parágrafo 3º do Decreto Federal nº 5.450/2005 combinado com art. 11, XIII, do Dec. nº 3.555/00, eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos Documentos para Habilitação, poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, inclusive mediante:

a) Substituição e apresentação de documentos, ou

b) Verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

6.6.2 – A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

6.6.3 – A administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

6.6.4 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previsto neste Edital, a licitante será habilitada e declara vencedora do certame.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em caso da não apresentação de quaisquer dos documentos referidos nos subitens 6.1 a 6.5 ou estando qualquer certidão vencida, o Pregoeiro poderá conceder o prazo de até 30 (trinta) minutos, a fim de que a empresa apresente o referido documento, podendo fazê-lo inclusive via fac-símile, sob pena de inabilitação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A concessão do prazo acima citado não ensejará a suspensão da sessão que prosseguirá normalmente com os outros itens (conforme o caso). Caso a empresa não supra a pendência será inabilitada.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os participantes que apresentarem o CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL, emitido pela Divisão de Compras da Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Purificação, estarão desobrigadas de apresentar os documentos indicados abaixo, condicionado à verificação da validade dos documentos cadastrais no Sistema de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura:

- a) Cartão do CNPJ atualizado;
- b) Contrato Social, e alterações se houver;
- c) Prova de Regularidade Fiscal com a Fazenda Pública Municipal, Estadual e Federal;
- d) Certidão de Dívida Ativa com a União.

6.6.5 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de

regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

6.6.6 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado à microempresa e empresa de pequeno porte que comprovar a sua condição para o caso, na fase de credenciamento, e, que for declarado o vencedor do certame, o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, visando a sua habilitação no certame.

6.6.7 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7. – DA SESSÃO DO PREGÃO

7.1. – A sessão do pregão será realizada no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, sendo recomendável a presença dos participantes 15 (quinze) minutos antes do horário previsto para a sua abertura, e desenvolver-se-á de acordo com o roteiro estabelecido neste Capítulo.

7.1.1 - O critério de julgamento será o de **menor preço por LOTE**.

7.1.2 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital;

7.1.3 - Os encargos de natureza tributária, social e parafiscal são de exclusiva responsabilidade da empresa a ser contratada.

7.2. – Abertura da sessão pelo Pregoeiro, após o que, não mais serão admitidos novos proponentes.

7.3. – Identificação e credenciamento de 01 (um) representante por empresa, na forma do item 3.3 deste Edital.

7.3.1 - Os documentos de credenciamento passarão a compor o processo.

7.4. – Recolhimento dos envelopes "proposta" e "documentos de habilitação".

7.5. – Abertura dos envelopes "proposta" e leitura, em voz alta, dos preços cotados.

7.6. – Análise, desclassificação das propostas que estejam em desacordo com o solicitado no Edital e classificação das propostas que estejam em consonância com o exigido.

7.6.1 - Na classificação das propostas, serão considerados, para fins de apuração do menor preço, os custos acessórios e encargos tributários incidentes sobre o preço para os serviços.

7.6.2 - Serão desclassificadas as propostas que consignarem preços manifestamente inexequíveis ou superfaturados para a Administração.

7.6.3 – **As propostas que estiverem com valores superiores aos discriminados no quadro a seguir, para cada lote, serão consideradas como superfaturadas e desclassificadas, no ato da análise das propostas dos licitantes.**

LOTE 01	R\$ 621.135,30
----------------	-----------------------

7.6.4 - O Pregoeiro durante a etapa de lances verbais poderá e deverá interferir desclassificando lances ofertados que considere com preços inexequíveis para cada LOTE.

7.7. – Indicação dos licitantes que participarão da rodada de lances verbais.

7.7.1 - Da rodada de lances verbais participará o licitante que ofertar o menor preço e todos os demais cujas propostas de preços situarem-se no limite de até 10% (dez por cento) acima do menor preço.

7.7.2 - Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, na rodada de lances verbais participarão as empresas ofertantes das 03 (três) melhores propostas, quaisquer que tenham sido os preços oferecidos.

7.7.3 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, o Pregoeiro selecionará todas as propostas em condições de igualdade para a etapa competitiva de lances verbais.

7.7.4 - Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita devendo o Pregoeiro negociar diretamente com a licitante, visando obter preço melhor e mais vantajoso para a Administração.

7.7.5 - Quando todas as propostas escritas forem desclassificadas, o pregoeiro poderá suspender a sessão do pregão e estabelecer uma nova data, com prazo não superior a 03 (três) dias úteis, para o recebimento de novas propostas.

7.8. – Rodada de lances verbais será repetida quantas vezes considerar necessário o Pregoeiro.

7.8.1 - A convocação para a oferta de lances, pelo Pregoeiro, terá como referencial os valores ofertados, iniciando-se com a empresa ofertante do maior preço e finalizando com a ofertante do menor preço, devendo o lance ofertado cobrir o de menor preço. O primeiro lance verbal da sessão deverá cobrir o valor da proposta escrita de menor preço. A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, que definirá a sequência dos lances seguintes.

7.8.2 - Somente serão admitidos lances verbais cujos valores se situem abaixo do menor valor inicialmente proposto pelo licitante de menor preço, num **porcentual mínimo de 1,0 %** (um por cento), podendo o Pregoeiro flexibilizar este limite, mediante o desenrolar da etapa de lances verbais, conforme a verificação de vantagem e economicidade nos lances a serem ofertados.

7.8.3 - O Pregoeiro poderá estipular o limite de tempo máximo para que os licitantes verbalizem os seus lances, observando que, os estes representantes poderão realizar consultas telefônicas, dentro do tempo estipulado, visando negociar com seus superiores a diminuição do valor do lance a ser oferecido.

7.8.4 - O licitante que não apresentar seu lance na forma indicada no subitem 7.8.1, quando convocado pelo Pregoeiro, será excluído da etapa de lances verbais e será mantido o último preço apresentado para efeito de ordenação das propostas.

7.8.5 - Ordenamento das empresas por preço após o encerramento dos lances.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Como critério de desempate será dado preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Entende-se por empate, aquelas situações em que a proposta apresentada pela microempresa e empresa de pequeno porte tenha sido até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do subitem **7.8.5** deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do subitem **7.8.5** deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

IV - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos neste subitem, o objeto licitado será



adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

V - O disposto neste subitem somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão; e sendo apresentada proposta inferior ao do menor preço até então apresentado, será a microempresa ou empresa de pequeno porte considerada vencedora do certame.

7.8.6 - Análise da proposta de menor preço, no que tange à sua aceitabilidade quanto ao objeto e valor, devendo o Pregoeiro decidir motivadamente a respeito.

7.8.7 - Negociação direta com o proponente de menor cotação, para a obtenção de melhor preço, se for o caso.

7.8.8 - Verificação das condições de habilitação do licitante que apresentar a proposta de menor preço, passando para a análise da subsequente, observada a ordem de classificação, caso o primeiro não atenda às exigências edilícias, até a apuração de proposta que corresponda ao exigido.

7.8.8.1 - Caso não se realize lances verbais, serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

7.8.8.2 - Sendo aceitável a oferta, será verificada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, o atendimento das condições habilitatórias deste licitante, com base na documentação apresentada.

7.8.8.2.1 - A empresa classificada e vencedora em 1º (primeiro) lugar, deverá apresentar amostras dos itens, para o lote, que tiver vencido, no dia 25 de julho de 2019, das 08 às 17 horas, no Almoxarifado Central, situado na Rua do Imperador, nº 03, Centro, Santo Amaro – Bahia, para análise, aprovação (ou não) e emissão de parecer técnico por servidor ou comissão designado para análise das amostras.

7.8.8.2.2 - O servidor ou comissão designado irá emitir no prazo de 24 horas o parecer sobre a qualidade e compatibilidade das amostras apresentadas, aprovando-os ou não para a utilização, o qual será entregue o Pregoeiro para posterior informação aos licitantes.

7.8.8.2.3 - O Pregoeiro marcará a data da nova sessão para informativo de análise de amostras, abertura de habilitação da empresa aprovada, mediante, cada lote e/ou convocação das empresas seguintes, em caso de não aprovação de amostras da empresa vencedora, por meio de publicação em Diário Oficial Eletrônico.

7.8.8.2.4 – A empresa vencedora do lote, obtendo a não aprovação de amostras, será desclassificada para o lote respectivo, se convocando a empresa hierarquicamente classificada, para assunção do valor ofertado pela empresa desclassificada ou negociação com o Pregoeiro, sendo que, deverá ser seguidos os trâmites de análise de amostras, conforme critérios já definidos, nos itens anteriores.

7.8.8.3 - Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências do Edital, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste Edital com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Superior.

7.8.8.4 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências deste Edital e/ou consignarem preços inexequíveis ou superfaturados para a Administração, assim considerados aqueles incoerentes com os praticados pelo mercado, para a execução do objeto do



contrato, conforme Anexo I, deste edital.

7.8.8.5 - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital, pelo Pregoeiro, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Superior.

7.8.9 - Aclamação do licitante vencedor.

7.8.10 - Vistos e rubricas, pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes das empresas participantes, em todas as propostas, nos documentos de habilitação do vencedor e nos envelopes de habilitação remanescentes.

7.8.11 - Manifestação dos demais licitantes quanto à intenção de recorrer, devidamente motivada, se houver manifestação positiva nesse sentido.

7.8.12 - Adjudicação do objeto ao vencedor.

7.8.13 - Fechamento e assinatura da ata da reunião pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes dos licitantes.

7.8.14 - Devolução dos envelopes "documentos de habilitação" dos licitantes remanescentes, à exceção dos relativos aos 2º e 3º classificados na ordem crescente dos preços propostos, que ficarão retidos até assinatura do contrato pelo licitante vencedor.

7.8.15 - No caso da sessão do pregão, em situação excepcional, vier a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda da equipe de apoio e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

7.8.16 - O(s) licitante(s) vencedor (es) terá (ão) prazo máximo de **03 (três dias)** úteis a contar da data de adjudicação do objeto, para elaborar as propostas com os novos preços ofertados, após os lances verbais e, entregar ao Pregoeiro, os quais farão parte do processo licitatório.

8. – DAS PENALIDADES

8.1. – O adjudicatário/contratado sujeitar-se-á, no caso de inadimplemento de suas obrigações, às seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, se for o caso, de acordo com a Lei nº 10.520/2002, em sua atual redação, apurado em processo administrativo, garantido a ampla defesa e o contraditório constitucional.

8.2. – A CONTRATADA se sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para quais haja concorrido.

b) Multas sobre o valor total atualizado do contrato:

b1) 0,20% (vinte décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no prazo contratual, até o trigésimo dia, ou nos prazos parciais das Ordens de Serviços, limitadas a 20% do valor da fatura;

b2) 0,40% (quarenta décimos por cento) do valor deste contrato, por dia de atraso superior a 30 (trinta) dias, limitadas a 20% do valor da fatura.

b3) Multa de até 30% (trinta por cento) em caso de descumprimento das normas desse edital e o do contrato.

c) A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor atualizado do contrato, sem prejuízos da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual;

d) Suspensão do direito de contratar com o Município de SANTO AMARO pelo período máximo de 5

(cinco) anos nas hipóteses previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo na superior a 2 (dois) anos em situações não previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

g) O valor de cada multa será atualizado monetariamente, caso haja fator de reajustamento de preços vigente no mês em que cessar o motivo que lhe deu origem.

h) As multas previstas na alínea “b” poderão, a critério da Administração, serem aplicadas isoladas ou conjuntamente com outras sanções, a depender do grau da infração cometida pelo adjudicatário.

i) Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis ou serem deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Prefeitura Municipal de SANTO AMARO.

j) Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à contratada, sob pena de multa.

l) Esgotados todos os prazos de execução do objeto do contrato que tiverem sido concedidos pela autoridade contratante, a contratada ficará automaticamente impedida de participar de novas licitações enquanto não ressarcir os danos causados à Administração Pública Municipal ou cumprir a obrigação antes assumida, sem prejuízo de outras penalidades.

8.3. – A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será de competência do Prefeito Municipal de SANTO AMARO, as demais penalidades serão de competência do(s) Secretário(s) da(s) Secretaria(s) solicitante(s), no caso em apreço o Secretário Municipal de Administração.

9. – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

9.1. – Decairá do direito de impugnação dos termos do Edital de Pregão, perante a Prefeitura Municipal de SANTO AMARO, aquele que não se manifestar até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da sessão do pregão, apontando as falhas e/ou irregularidade que o Licitante considere que o viciaram.

9.1.1 - Os pedidos de impugnações referentes ao edital deverão ser apresentados por escrito e endereçados ao Pregoeiro, contendo as informações para contato, sendo que, não serão aceitos via e-mail, fac-símile, ou qualquer outro meio eletrônico.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Rejeitada a petição contra o ato convocatório, caberá recurso a autoridade superior (Secretário Municipal de Administração) no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que decidirá no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

9.2. – Apresentação de impugnação, após o prazo estipulado no subitem anterior, não a caracterizará como recurso, recebendo tratamento de ação administrativa calcada no direito de petição, interposta perante o pregoeiro que encaminhará no prazo de 5 (cinco) dias à autoridade competente para no prazo de trinta (30) dias, do recebimento, proceder o julgamento.

9.3. – Dos demais atos relacionados com o pregão, o recurso dependerá de manifestação do licitante ao final da sessão pública, fazendo constar em ata a sua intenção de interpor recurso com a síntese das suas razões, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar memoriais relacionados à intenção manifestada, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a contar ao término daquele prazo, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

PARÁGRAFO ÚNICO – Prorroga-se o prazo para o oferecimento de memoriais e contra-razões até o primeiro dia útil seguinte, se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

9.3.1 - Os memoriais deverão ser apresentados por escrito, não serão aceitos via e-mail, fac-símile, ou qualquer outro meio eletrônico.

9.3.2 - Os memoriais serão dirigidos ao Secretário Municipal de Administração (autoridade superior), por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar ou manter sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhando à autoridade superior, em qualquer caso, conjuntamente, o recurso e os autos para decisão a ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento, sob pena de responsabilidade.

9.3.3 - A autoridade superior para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida.

9.4. – A falta de manifestação motivada e imediata importará a preclusão do direito de recurso;

9.5. – O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

PARÁGRAFO ÚNICO – A adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor somente ocorrerá depois de decididos os recursos.

9.6. – As impugnações e recursos deverão ser protocolados na Comissão Permanente de Licitação sito à Praça da Purificação, s/n, ao lado da LACLISA, Centro, Santo Amaro – BA, das 08 às 14 horas, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, e, estes não serão analisados se forem interpostos via postal, e-mail, fax-símile ou qualquer outro meio eletrônico.

10. – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. – Não havendo a manifestação de recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto da licitação à proponente vencedora, para posterior homologação do resultado pela autoridade superior.

10.2. – Ocorrendo à manifestação da interposição de recurso, após o julgamento, a autoridade superior adjudicará o objeto licitado à proponente vencedora, homologando em seguida o procedimento licitatório.

11. – CONTRATAÇÃO

11.1. – Homologada a licitação o adjudicatário será convocado para assinar o termo do contrato no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, a partir da data da homologação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.666/93 e 10.520/02.

11.2. – Para a assinatura do contrato a empresa deverá representar-se por:

- a) Sócio que detenha poderes de administração, apresentando o contrato social e sua alteração, ou
- b) Procurador com poderes específicos para assinar o contrato.

11.3. – O contrato a ser firmado obedecerá à minuta constante no anexo II deste Edital.

11.4. – A empresa a ser contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor e quantitativos iniciais atualizados do contrato.

11.5. – Na ocorrência do não comparecimento do(s) licitante(s) vencedor(es), no prazo estipulado acima, poderá a Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços devidamente atualizados, ou revogar a licitação, independentemente das consequências previstas no Artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.6. – **Fica estabelecido que o(s) CONTRATADO(s) não transferirá (ão) no todo ou em parte, os fornecimentos do objeto do Contrato a ser celebrado, ficando o(s) mesmo(s) proibido(s) de subcontratação ou sub-rogação do instrumento contratual a ser firmado.**

11.7. – O(s) contrato(s) terá (ão) o prazo de **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura.

11.8. – Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter e comprovar todas as condições de habilitação exigidas neste certame.

11.9. – Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

11.10. – Na convocação dos remanescentes, será observada a classificação final na sessão originária do pregão, devendo os convocados apresentarem os documentos de habilitação cuja validade tenha-se expirado no prazo transcorrido da data da primeira reunião.

11.11. – Somente será considerado habilitado o licitante que houver preenchido os requisitos de habilitação na data da primeira sessão e que apresentar, na segunda sessão, os documentos que porventura estiverem vencidos.

11.12. – Os licitantes remanescentes convocados na forma dos subitens anteriores se obrigam a atender à convocação e a assinar o contrato respectivo **de acordo com a proposta que apresentou**, no prazo fixado pela Comissão Permanente de Licitações, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa ou de não atendimento das condições de habilitação.

11.13. – O prazo para a entrega do objeto contratual admite prorrogação, a critério da Administração, mantidos todos os direitos, obrigações e responsabilidades, na conformidade do disposto, no Art. 57 § 1º, da Lei 8.666/93.

11.14. – O termo contratual poderá durante o seu prazo de execução, caso ocorra uma das situações previstas no art. 65 da Lei 8.666/93, e em seus incisos e parágrafos, ser alterado, mediante justificativa e autorização da autoridade competente, através de termo de aditamento, cujo extrato deverá, para ter eficácia, ser publicado em órgão de imprensa oficial.

11.14.1 - Os reajustamentos de preços do objeto a ser contratado, quando e se for o caso, serão efetuados e calculados de acordo com as disposições específicas vigentes, editadas pelo Governo Federal.

11.14.2 - Ocorrendo reajustamento de preços, autorizado pela Administração, os mesmos serão reajustados pela variação do percentual resultante da diferença do preço fixado para o dia de apresentação da proposta e o dia da entrada em vigor do novo preço, aplicando-se sobre o preço proposto.

11.14.3 - A empresa a ser contratada deverá apresentar documento oficial comprovando o reajuste, acompanhado de requerimento.

12. – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. – O pagamento será efetuado pela Administração para a empresa a ser contratada da seguinte forma: mensalmente, conforme fornecimento/prestação de serviços, através de crédito em conta corrente ou cheque nominal, no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir da



apresentação da Nota Fiscal/Fatura e depois de atestada pelo Contratante o recebimento parcial/definitivo do objeto licitado.

12.2. – Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

12.3. – Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da empresa a ser contratada.

12.4. – O pagamento não isenta a empresa a ser contratada da responsabilidade de correção dos erros e imperfeições porventura apresentados após a liberação.

13. – DA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DO OBJETO

13.1. – A forma de fornecimento/será parcelada, conforme autorização da secretaria solicitante.

13.2. – Deverá a unidade contratante proceder ao acompanhamento e fiscalização da entrega do objeto.

13.3. – Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os itens não atendem às especificações técnicas do objeto licitado, poderá a Administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a Licitante a providenciar a substituição dos itens não aceitos de forma imediata.

14. – REVOGAÇÃO - ANULAÇÃO

14.1. – A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos do art. 49, da Lei 8.666/93, no seu todo ou em parte.

14.2. – O MUNICÍPIO se reserva ao direito de revogar esta licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a decisão. Deverá, por outro lado, anulá-la se constatada insanável ilegalidade, baseado em parecer escrito e devidamente fundamentado.

14.3. – Não caberá qualquer indenização aos proponentes em caso de revogação ou anulação da presente licitação, ressalvadas as hipóteses legais, cabendo o ônus da prova exclusivamente ao licitante/contratado.

15. – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. – Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, inclusive a preparação e apresentação das propostas.

15.1.1 - A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá o Pregoeiro, se necessário, modificar este Edital, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15.1.2 – Em consonância com o Artigo 4º, da Lei Federal de Licitações, e suas alterações posteriores, todos quantos participem de sessão de licitação promovida pelos órgãos ou entidades a que se refere o art. 1º, da referida lei, têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido na lei, podendo qualquer cidadão, na condição de ouvinte/espectador, acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos, sendo que, em caso de verificação de quaisquer irregularidades, falhas e omissões, podem realizar suas denúncias pelos meios cabíveis, conforme a legislação vigente.

15.1.3 – Somente, terão o direito a usar a palavra, rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas, as licitantes ou seus representantes devidamente, credenciados, o Pregoeiro e a equipe de apoio.



15.2. – Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

15.3. – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

15.4. – As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

15.5. – A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.6. – É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior:

a) A promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase do pregão, sendo vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente da proposta;

b) Releva erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação dos proponentes, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação;

c) Convocar os licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas;

15.6.1 - O pregoeiro poderá em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, devendo promover o registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos trabalhos.

15.6.2 - O pregoeiro, no interesse da Administração, poderá releva falhas meramente formais constantes da documentação e proposta, desde que não comprometam a lisura do procedimento ou contrariem a legislação pertinente.

15.7. – Este Edital e seus anexos, bem como a proposta vencedora, farão parte integrante do instrumento de contrato, como se nele estivessem transcritos, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o ofertado em lance verbal; se houver.

15.8. – Os vencedores terão o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar o instrumento de contrato ou retirar a nota de empenho junto à Prefeitura. A referida convocação será feita através de envio de fax, ofício, ou e-mail.

15.9. – Caso o licitante vencedor não apresente situação regular na fase de habilitação, no ato da assinatura do contrato ou retirada do empenho, ou venha recusar-se a celebrá-lo/retirá-lo, injustificadamente, dentro do prazo estabelecido e na vigência da sua proposta, sujeitar-se-á às sanções cabíveis, reservando-se à Prefeitura Municipal de SANTO AMARO, o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, renovar a licitação ou convocar os remanescentes;

15.9.1. - Na convocação dos remanescentes, será observada a classificação final na sessão originária do pregão e o disposto nos itens 7.8.5 e 7.8.6, devendo os convocados apresentar os documentos de habilitação cuja validade tenha-se expirado no prazo transcorrido da data da primeira reunião.

15.9.2. - Somente será considerado habilitado o licitante que houver preenchido os requisitos de habilitação na data da primeira sessão e que apresentar, na segunda sessão, os documentos que porventura estiverem vencidos, em caso de ocorrer uma segunda sessão.

15.10. – Quaisquer informações e esclarecimentos relativos a esta licitação deverão ser protocolados, na Comissão Permanente de Licitação, Praça da Purificação, s/n, ao lado da LACLISA, Centro - Santo Amaro – BA, das 08 às 14 horas, de segunda a sexta-feira, em dias úteis ou pelo e-mail licitasantoamaro2017@gmail.com

15.11. – Fica designado o foro da Cidade de SANTO AMARO- Estado da Bahia, para julgamento de



quaisquer questões judiciais resultante deste edital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16. – DOS ANEXOS

16.1. – Fazem parte deste Edital, como Anexos:

- a) Especificação do Objeto - Itens (Anexo I);
- b) Modelo de proposta de preços - (Anexo Ia);
- c) Minuta do Termo de Contrato (Anexo II);
- d) Modelo de Carta de Credenciamento (Anexo III);
- e) Declaração de atendimento às condições de habilitação (Anexo IV);
- f) Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (Anexo V)
- g) Declaração de que não se encontra suspensa de licitar ou impedida de contratar com qualquer entidade integrante da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, direta ou indireta (Anexo VI);

Santo Amaro – Bahia, 09 de julho de 2019.


JOSEMAR MARIO DE SOUZA ALMEIDA
Pregoeiro Municipal



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019

ANEXO I

LOTE 1

ITEM	PRODUTO	UNID.	MARCA	QTDE	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	BANDEJA LAMINADA Nº 5, PAPELÃO E POLIÉSTER METALIZADO, NA COR PRATA, MEDIDAS: COMPRIMENTO: 39,5CM, LARGURA: 32,5CM PACOTES COM 100 UNIDADES CADA	PCT		200		
2	BANDEJA LAMINADA Nº 6, PAPELÃO E POLIÉSTER METALIZADO, NA COR PRATA, MEDIDAS: COMPRIMENTO: 46,5CM, LARGURA: 37,5CM PACOTES COM 100 UNIDADES CADA	PCT		100		
3	BANDEJA DE PAPELÃO REDONDA, CARTÃO PARANÁ: NATURAL Nº 6, PACOTES COM 100 CADA.	PCT		100		
4	BANDEJA DE PAPELÃO REDONDA, CARTÃO PARANÁ: NATURAL Nº 9, PACOTES COM 100 CADA.	PCT		100		
5	BANDEJA DE PAPELÃO REDONDA, CARTÃO PARANÁ: NATURAL Nº 10, PACOTES COM 100 CADA.	PCT		100		
6	BANDEJA DE PAPELÃO REDONDA, CARTÃO PARANÁ: NATURAL Nº 12, PACOTES COM 100 CADA.	PCT		100		
7	CAIXA PAPEL KRAFT PARA TRANSPORTE DE DOCES E SALGADOS, CAPACIDADE PARA 50 DOCES, MEDIDAS INTERNAS: 36 cm comprimento x 18 cm largura x 5 cm altura, PACOTE C/10 UNIDADES	PCT		100		
8	CAIXA PAPEL KRAFT PARA TRANSPORTE DE DOCES E SALGADOS, CAPACIDADE PARA 100 DOCES, MATERIAL: PAPEL KRAFT, MEDIDAS INTERNAS: 36 cm comprimento x 36 cm largura x 5 cm altura, PACOTE C/10 UNIDADES	PCT		100		
9	CAIXA PAPEL CARTÃO KRAFT, CAIXA COM CAPACIDADE PARA 100 SALGADOS/DOCES, MEDIDAS INTERNAS: 40 CM DE COMPRIMENTO, 40 CM DE LARGURA, 04 CM DE ALTURA, PACOTE C/10 UNIDADES	PCT		100		
10	COPO DESCARTÁVEIS, POLIESTIRENO PARA LÍQUIDOS 50ML, PACOTES COM 50X100 UNIDADES ACONDICIONADO EM CAIXAS COM 5000, QUE ATENDAM TODAS AS NORMAS DA ABNT, COM TODOS OS DADOS DO FABRICANTE NA CAIXA BRANCO	CX		100		
11	COPO DESCARTÁVEIS, POLIESTIRENO PARA LÍQUIDOS 200ML, PACOTES COM 25X 100 UNIDADES ACONDICIONADO EM CAIXAS COM 2500, QUE ATENDAM TODAS AS NORMAS DA ABNT, COM TODOS OS DADOS DO FABRICANTE NA CAIXA. BRANCO	CX		250		

12	COPO DESCARTÁVEIS, POLIESTIRENO PARA LÍQUIDOS 300ML, PACOTES COM 20X100 UNIDADES ACONDICIONADO EM CAIXAS COM 2000, QUE ATENDAM TODAS AS NORMAS DA ABNT, COM TODOS OS DADOS DO FABRICANTE NA CAIXA. BRANCO	CX		100		
13	COPO DESCARTÁVEIS, POLIESTIRENO PARA LÍQUIDOS 500ML, PACOTES COM 20X50 UNIDADES ACONDICIONADO EM CAIXAS COM 1000, QUE ATENDAM TODAS AS NORMAS DA ABNT, COM TODOS OS DADOS DO FABRICANTE NA CAIXA. BRANCO	CX		100		
14	COPOS DE ISOPOR DESCARTAVEL 180 ML - CX- 1.000	CX		100		
15	CANUDOS DESCARTAVEIS FLEXIVEL EM SACHÊ, - COM 100 UNID.	PCT		100		
16	COLHER PLASTICA DESCARTAVEIS PARA REFEIÇÃO, CONFECIONADA EM PLASTICO RESISTENTE NA COR TRANSPARENTE PCT C/ 50 UNIDADES CX - COM-1000	CX		100		
17	COLHER PLASTICA DESCARTAVEIS PARA SOBREMESA, CONFECIONADA EM PLASTICO RESISTENTE NA COR TRANSPARENTE PCT C/ 50UNIDADES. CX COM-1000	CX		100		
18	EMBALAGENS PLASTICA PARA SOBREMESA PARA SER UTILIZADO NO FREEZER E MICROONDAS, 250 ML - PCT C/25 UNIDADES CX COM 500 PÇS	CX		100		
19	GARFO PLASTICO DESCARTAVEIS PARA REFEIÇÃO, CONFECIONADA EM PLASTICO RESISTENTE NA COR TRANSPARENTE PCT C/ 50 UNIDADES - CX - COM - 1000	CX		100		
20	GARFO PLASTICO DESCARTAVEIS PARA SOBREMESA CONFECIONADA EM PLASTICO RESISTENTE NA COR TRANSPARENTE PCT C/ 50 UNIDADES - CX COM - 1000	CX		100		
21	MARMITA DESCARTAVEL PARA REFEIÇÃO EM ALUMINO Nº 9 - CX C-100	CX		100		
22	MARMITA DESCARTVEL PARA REFEICAO EM ISOPOR N. 09 -CX C/100	CX		100		
23	MARMITEX DE ALUMÍNIO RETANGULAR 750ML, TAMPA COM CARTÃO ALUMINIZADO, CAIXA COM 100 unidades , nas dimensões 206 x 138 x42mm resistente ao forno	CX		100		
24	MARMITEX DE ALUMÍNIO RETANGULAR FUNDA COM TRES DIVISORIAS, 215X162X50, COM TAMPA, CAIXA COM 100 unidades	CX		100		
25	PALITO DE DENTE DE BAMBU SACHE – C/1000 UND	PCT		100		
26	PLÁSTICO FILME EM PVC TRANSPARENTE, FILME EM PVC TRANSPARENTE, – EM ROLO DE 28CMX15M – C/25	CX		100		
27	PLÁSTICO FILME EM PVC TRANSPARENTE, FILME EM PVC TRANSPARENTE,- EM ROLO DE 28CM X 100M	ROLO		100		
28	PLÁSTICO FILME EM PVC TRANSPARENTE, FILME EM PVC TRANSPARENTE, – EM ROLO DE 28CMX300M	ROLO		100		

29	PLÁSTICO FILME EM PVC TRANSPARENTE, FILME EM PVC TRANSPARENTE, - EM ROLO 38CM X 1000M	ROLO		200		
30	PANO MULTIUSO EM ROLO 30CM X 25CM COM 50 PANOS	ROLO		400		
31	MÁSCARA DESCARTÁVEL EM POLIPROPILENO DUPLA NA COR BRANCA COM ELÁSTICO, CX COM 100	PCT		100		
32	PRATO PLASTICO DESCARTAVEL BRANCO DE 21 CM RASO PCT COM 10	PCT		100		
33	PRATO PLASTICO DESCARTAVEL BRANCO DE 21 CM FUNDO PCT COM 10	PCT		100		
34	PRATO PLASTICO DE 300 ML PARA REFEIÇÃO AZUL	UND		100		
35	PAPEL ALUMINIO EM ROLO DE 7,5m X 45cm - CX-COM – 25	CX		100		
36	POTE RETANGULAR PARA SER UTILIZADO NO FREEZER E MICROONDAS, TRANSPARENTE, 1000ML, PCT COM 25 UNIDADES C/ TAMPA, DIMENSÕES POTE : 188mm x 142mm , DIMENSÕES TAMPA: 191mm X 148mm	PCT		100		
37	PAPEL ALUMINIO - EM ROLO DE 7,5m X 30cm - CX-25	CX		100		
38	SACO PLASTICO PARA GELADÃO - 6 X 26 X 0,04 EMBALAGEM, COM 500 UND	PCT		100		
39	SACO PLASTICO PARA SANDUICHE 20sm x 14sm C/ 100 UND	PCT		100		
40	SACO PLASTICO TRANSPARENTE - 15 X 30 X 04 1KG - C/100	PCT		100		
41	SACO PLASTICO TRANSPARENTE - 19 X 36 X 04 2KG - C/100	PCT		100		
42	SACO PLASTICO TRANSPARENTE - 23 X 36 X 04 3KG - C/100	PCT		100		
43	SACO PLASTICO TRANSPARENTE - 24 X 44 X 04 4KG - C/100	PCT		100		
44	SACO PLASTICO TRANSPARENTE - 28 X 44 X 04 5KG - C/100	PCT		100		
45	SACO PLASTICO TRANSPARENTE - 40 X 60 X 04 10 KG - C/100	PCT		100		
46	SACO PLASTICO AMARELO TIPO CAMISETA - 30 X 40 - 5 KG - C/100	PCT		100		
47	SACO PLASTICO AMARELO TIPO CAMISETA - 40 X 50 - 10 KG - C/100	PCT		100		
48	SACO PLASTICO AMARELO TIPO CAMISETA - 50 X 60 - 15 KG - C/100	PCT		100		
49	SACO PLASTICO AMARELO TIPO CAMISETA - 60 X 8 - 20 KG - C/100	PCT		100		
50	TOUCA DESCARTÁVEL EM POLIPROPILENO NA COR BRANCA TAM. 19 45 X 50cm - PCT. COM - 100 UNID	PCT		100		
51	TAMPA DESCARTAVEL PARA COPOS DE 150, 180 e 200 MI C/ 50 und	PCT		200		
TOTAL						



TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO – BAHIA.

2. Justificativa:

O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer os requisitos e especificações técnicas para a contratação de empresa especializada visando o objeto acima.

Justifica-se a demanda, haja vista que, existe a necessidade de fornecimento de materiais descartáveis para manutenção e bem-estar dos servidores e população, visando atender as demandas das secretarias pertinentes, propondo manter o pleno funcionamento e dando suporte às atividades desenvolvidas, principalmente, no que tange à disponibilização de alimentações e consumo de água, bem como, armazenamento de gêneros alimentícios, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento.

3. Forma de Execução:

Prazo e Local de entrega: Os Itens objeto desta licitação deverão ser entregues de forma **imediata**, conforme as necessidades da Contratante, a contar da emissão da **Nota de Empenho** correspondente a **cada Ordem de Fornecimento/Serviços**.

Os itens objeto desta licitação deverão ser entregues de forma escalonada no dia, local e data a ser indicado, conforme Ordem de Fornecimento/Serviço emitida pela secretaria solicitante.

Os produtos deverão ser acompanhados por nota fiscal respectiva, constando a discriminação, marca, valor unitário e total de cada item.

4. Vigência:

A vigência do fornecimento será de **12 (doze) meses** e iniciará na data de assinatura do termo contratual.

5. Pagamento

Conforme estabelecido no edital e minuta de contrato.



ANEXO Ia

À

Prefeitura Municipal de SANTO AMARO - Bahia

At.: Pregoeiro Municipal

Pregão Presencial nº 019/2019

Assunto: Proposta de Preços para **O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO – BAHIA**, conforme especificações do edital.

Sr. Pregoeiro,

Atendendo a solicitação desta conceituada Prefeitura, a empresa, CNPJ nº, situada na, vem apresentar a sua Proposta de Preço **O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO – BAHIA**, conforme detalhamento nos quadros a seguir:

LOTE 1

ITEM	PRODUTO	UNID.	MARCA	QTDE	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	BANDEJA LAMINADA Nº 5, PAPELÃO E POLIÉSTER METALIZADO, NA COR PRATA, MEDIDAS: COMPRIMENTO: 39,5CM, LARGURA:32,5CM PACOTES COM 100 UNIDADES CADA	PCT		200		
2	BANDEJA LAMINADA Nº 6, PAPELÃO E POLIÉSTER METALIZADO, NA COR PRATA, MEDIDAS: COMPRIMENTO: 46,5CM, LARGURA: 37,5CM PACOTES COM 100 UNIDADES CADA	PCT		100		
3	BANDEJA DE PAPELÃO REDONDA, CARTÃO PARANÁ: NATURAL Nº 6, PACOTES COM 100 CADA.	PCT		100		
4	BANDEJA DE PAPELÃO REDONDA, CARTÃO PARANÁ: NATURAL Nº 9, PACOTES COM 100 CADA.	PCT		100		
5	BANDEJA DE PAPELÃO REDONDA, CARTÃO PARANÁ: NATURAL Nº 10, PACOTES COM 100 CADA.	PCT		100		
6	BANDEJA DE PAPELÃO REDONDA, CARTÃO PARANÁ: NATURAL Nº 12, PACOTES COM 100 CADA.	PCT		100		
7	CAIXA PAPEL KRAFT PARA TRANSPORTE DE DOCES E SALGADOS, CAPACIDADE PARA 50 DOCES, MEDIDAS INTERNAS: 36 cm comprimento x 18 cm largura x 5 cm altura, PACOTE C/10 UNIDADES	PCT		100		
8	CAIXA PAPEL KRAFT PARA TRANSPORTE DE DOCES E SALGADOS, CAPACIDADE PARA 100 DOCES, MATERIAL: PAPEL KRAFT, MEDIDAS INTERNAS: 36 cm comprimento x 36 cm largura x 5 cm altura, PACOTE C/10 UNIDADES	PCT		100		

Rua do Imperador, nº 03, Centro, Santo Amaro – BA. CEP: 44.200-000.

Tel: (75) 3241-8629/8626. CNPJ 14.222.566/0001-72

<https://doem.org.br/ba/santoamaro/editais>

9	CAIXA PAPEL CARTÃO KRAFT, CAIXA COM CAPACIDADE PARA 100 SALGADOS/DOCES, MEDIDAS INTERNAS: 40 CM DE COMPRIMENTO, 40 CM DE LARGURA, 04 CM DE ALTURA, PACOTE C/10 UNIDADES	PCT		100		
10	COPO DESCARTÁVEIS, POLIESTIRENO PARA LÍQUIDOS 50ML, PACOTES COM 50X100 UNIDADES ACONDICIONADO EM CAIXAS COM 5000, QUE ATENDAM TODAS AS NORMAS DA ABNT, COM TODOS OS DADOS DO FABRICANTE NA CAIXA BRANCO	CX		100		
11	COPO DESCARTÁVEIS, POLIESTIRENO PARA LÍQUIDOS 200ML, PACOTES COM 25X 100 UNIDADES ACONDICIONADO EM CAIXAS COM 2500, QUE ATENDAM TODAS AS NORMAS DA ABNT, COM TODOS OS DADOS DO FABRICANTE NA CAIXA. BRANCO	CX		250		
12	COPO DESCARTÁVEIS, POLIESTIRENO PARA LÍQUIDOS 300ML, PACOTES COM 20X100 UNIDADES ACONDICIONADO EM CAIXASCOM 2000, QUE ATENDAM TODAS AS NORMAS DA ABNT, COM TODOS OS DADOS DO FABRICANTE NA CAIXA. BRANCO	CX		100		
13	COPO DESCARTÁVEIS, POLIESTIRENO PARA LÍQUIDOS 500ML, PACOTES COM 20X50 UNIDADES ACONDICIONADO EM CAIXAS COM 1000, QUE ATENDAM TODAS AS NORMAS DA ABNT, COM TODOS OS DADOS DO FABRICANTE NA CAIXA. BRANCO	CX		100		
14	COPOS DE ISOPOR DESCARTAVEL 180 ML - CX- 1.000	CX		100		
15	CANUDOS DESCARTAVEIS FLEXIVEL EM SACHÊ, - COM 100 UNID.	PCT		100		
16	COLHER PLASTICA DESCARTAVEIS PARA REFEIÇÃO, CONFECCIONADA EM PLASTICO RESISTENTE NA COR TRANSPARENTE PCT C/ 50 UNIDADES CX - COM-1000	CX		100		
17	COLHER PLASTICA DESCARTAVEIS PARA SOBREMESA, CONFECCIONADA EM PLASTICO RESISTENTE NA COR TRANSPARENTE PCT C/ 50UNIDADES. CX COM-1000	CX		100		
18	EMBALAGENS PLASTICA PARA SOBREMESA PARA SER UTILIZADO NO FREEZER E MICROONDAS, 250 ML - PCT C/25 UNIDADES CX COM 500 PÇS	CX		100		
19	GARFO PLASTICO DESCARTAVEIS PARA REFEIÇÃO, CONFECCIONADA EM PLASTICO RESISTENTE NA COR TRANSPARENTE PCT C/ 50 UNIDADES - CX - COM - 1000	CX		100		
20	GARFO PLASTICO DESCARTAVEIS PARA SOBREMESA CONFECCIONADA EM PLASTICO RESISTENTE NA COR TRANSPARENTE PCT C/ 50 UNIDADES - CX COM - 1000	CX		100		
21	MARMITA DESCARTAVEL PARA REFEIÇÃO EM ALUMINO Nº 9 - CX C-100	CX		100		
22	MARMITA DESCARTVEL PARA REFEICAO EM ISOPOR N. 09 -CX C/100	CX		100		

23	MARMITEX DE ALUMÍNIO RETANGULAR 750ML, TAMPA COM CARTÃO ALUMINIZADO, CAIXA COM 100 unidades , nas dimensões 206 x 138 x42mm resistente ao forno	CX		100		
24	MARMITEX DE ALUMÍNIO RETANGULAR FUNDA COM TRES DIVISORIAS, 215X162X50, COM TAMPA, CAIXA COM 100 unidades	CX		100		
25	PALITO DE DENTE DE BAMBU SACHE – C/1000 UND	PCT		100		
26	PLÁSTICO FILME EM PVC TRANSPARENTE, FILME EM PVC TRANSPARENTE, – EM ROLO DE 28CMX15M – C/25	CX		100		
27	PLÁSTICO FILME EM PVC TRANSPARENTE, FILME EM PVC TRANSPARENTE,- EM ROLO DE 28CM X 100M	ROLO		100		
28	PLÁSTICO FILME EM PVC TRANSPARENTE, FILME EM PVC TRANSPARENTE, – EM ROLO DE 28CMX300M	ROLO		100		
29	PLÁSTICO FILME EM PVC TRANSPARENTE, FILME EM PVC TRANSPARENTE, - EM ROLO 38CM X 1000M	ROLO		200		
30	PANO MULTIUSO EM ROLO 30CM X 25CM COM 50 PANOS	ROLO		400		
31	MÁSCARA DESCARTÁVEL EM POLIPROPILENO DUPLA NA COR BRANCA COM ELÁSTICO, CX COM 100	PCT		100		
32	PRATO PLASTICO DESCARTAVEL BRANCO DE 21 CM RASO PCT COM 10	PCT		100		
33	PRATO PLASTICO DESCARTAVEL BRANCO DE 21 CM FUNDO PCT COM 10	PCT		100		
34	PRATO PLASTICO DE 300 ML PARA REFEIÇÃO AZUL	UND		100		
35	PAPEL ALUMINIO EM ROLO DE 7,5m X 45cm - CX-COM – 25	CX		100		
36	POTE RETANGULAR PARA SER UTILIZADO NO FREEZER E MICROONDAS, TRANSPARENTE, 1000ML, PCT COM 25 UNIDADES C/ TAMPA, DIMENSÕES POTE : 188mm x 142mm , DIMENSÕES TAMPA: 191mm X 148mm	PCT		100		
37	PAPEL ALUMINIO - EM ROLO DE 7,5m X 30cm - CX-25	CX		100		
38	SACO PLASTICO PARA GELADÃO - 6 X 26 X 0,04 EMBALAGEM, COM 500 UND	PCT		100		
39	SACO PLASTICO PARA SANDUICHE 20sm x 14sm C/ 100 UND	PCT		100		
40	SACO PLASTICO TRANSPARENTE - 15 X 30 X 04 1KG - C/100	PCT		100		
41	SACO PLASTICO TRANSPARENTE - 19 X 36 X 04 2KG - C/100	PCT		100		
42	SACO PLASTICO TRANSPARENTE - 23 X 36 X 04 3KG - C/100	PCT		100		
43	SACO PLASTICO TRANSPARENTE - 24 X 44 X 04 4KG - C/100	PCT		100		
44	SACO PLASTICO TRANSPARENTE - 28 X 44 X 04 5KG - C/100	PCT		100		
45	SACO PLASTICO TRANSPARENTE - 40 X 60 X 04 10 KG - C/100	PCT		100		



46	SACO PLASTICO AMARELO TIPO CAMISETA - 30 X 40 - 5 KG - C/100	PCT		100		
47	SACO PLASTICO AMARELO TIPO CAMISETA - 40 X 50 - 10 KG - C/100	PCT		100		
48	SACO PLASTICO AMARELO TIPO CAMISETA - 50 X 60 - 15 KG - C/100	PCT		100		
49	SACO PLASTICO AMARELO TIPO CAMISETA - 60 X 8 - 20 KG - C/100	PCT		100		
50	TOUCA DESCARTÁVEL EM POLIPROPILENO NA COR BRANCA TAM. 19 45 X 50cm - PCT. COM - 100 UNID	PCT		100		
51	TAMPA DESCARTAVEL PARA COPOS DE 150, 180 e 200 ML C/ 50 und	PCT		200		
TOTAL						

O valor global da Proposta de Preço acima referenciada e abaixo discriminada é de R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo para fornecimento/prestação de serviços: **12 (doze) meses.**

Atenciosamente,

Nome da empresa

CNPJ



PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, MUNICÍPIO DE SANTO AMARO E, DO OUTRO, _____.

O **MUNICÍPIO DE SANTO AMARO - BAHIA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Rua do Imperador, nº 03, Centro, CEP 44.200-000, Santo Amaro- BA, inscrito no CNPJ sob número 14.222.566/0001-72, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. **Flaviano Rohrs da Silva Bomfim**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a _____, inscrito no CNPJ sob nº _____ situada à _____, neste ato representada por _____, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato de Fornecimento/prestação de serviços, segundo as condições nas cláusulas seguintes:

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante nos **processos administrativo nº 143/2019**, regendo-se pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente as normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93, as quais as partes se sujeitam a cumprir, sob os termos e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

a) Edital de **Pregão Presencial nº 019/2019**.

b) Proposta apresentada pela **CONTRATADA** em ____/____/____.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. – Destina-se este Contrato a propiciar amparo legal na relação de serviços entre os contratantes acima mencionados, afim de que a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx realize **O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SANTO AMARO – BAHIA**, na forma do Anexo 01 do Edital, conforme solicitado no **Processo Administrativo nº 143/2018**, a qual fora declarada vencedora após homologação e adjudicação no **Pregão Presencial nº 019/2019**.

LOTE: 01						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QUANT.	MARCA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01						
TOTAL DO LOTE						

1.2. – A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar, quando solicitado pela Administração, nas mesmas condições e dentro do prazo contratual estabelecido, os acréscimos ou supressões que se fizer nas compras de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, na forma dos §§ 1.º e 2.º do art. 65 da Lei 8.666/93.

1.3. – Ficará a cargo do da **CONTRATADA** as despesas com seguros, entrega, transporte, carga, descarga, tributos, proventos, combustíveis, manutenção, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto desta licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. – A **CONTRATADA** se obriga a:

- a) disponibilizar o produto descrito na Cláusula Primeira deste contrato, por um período de **12 (doze) meses**, no local e tempo requeridos, mediante requisições do preposto

Rua do Imperador, nº 03, Centro, Santo Amaro – BA. CEP: 44.200-000.

Tel: (75) 3241-8629/8626. CNPJ 14.222.566/0001-72

<https://doem.org.br/ba/santoamaro/editais>



autorizado;

- b) assegurar a boa qualidade do produto;
- c) as providências e despesas relativas ao pagamento de qualquer tributo que incida ou venha a incidir sobre contrato serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.
- d) assumir inteira responsabilidade Civil e Administrativa por danos e prejuízos causados por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste edital;
- e) não transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem o prévio consentimento da **CONTRATANTE**;
- f) não caucionar ou utilizar o contrato a terceiros, no todo ou em partes, sem o prévio consentimento da **CONTRATANTE**;
- g) entregar o bem licitado nos prazos previstos no presente Contrato;
- h) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação;
- j) não utilizar este contrato, como garantia de qualquer operação financeira, a exemplo de empréstimos bancários ou descontos de duplicatas;
- k) A **CONTRATADA** para a execução dos serviços do objeto deste contrato deverá obedecer ao contido no Termo de Referência do **Pregão Presencial nº 019/2019**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ficará a cargo da **CONTRATADA**, todas as despesas e custos decorrentes da execução do contrato, bem como dos tributos, obrigações trabalhistas e sociais, seguros e todos os demais custos diretos e indiretos, necessários à execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. – O CONTRATANTE se obriga a:

- a) designar prepostos para fiscalizar, apontar falhas e atestar o recebimento do objeto;
- b) efetuar nos prazos indicados, os pagamentos devidos à **CONTRATADA**;
- c) verificar e aceitar as faturas emitidas pela **CONTRATADA**, recusando-as quando inexatas e incorretas, ficando, nestes casos, o prazo suspenso, que somente voltará a fluir após a apresentação da novas faturas corretas;
- d) notificar por escrito, à **CONTRATADA**, quando da aplicação de multas previstas neste Contrato;
- e) declarar os serviços/locação efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. – O valor do presente contrato é de **R\$ xxxxxx (xxxxxxx)**, constante da proposta integrante da licitação **Pregão Presencial nº 047/2018**, aceito pela **CONTRATANTE**, entendido este como preço justo e suficiente para a total prestação de serviços de fornecimento, objeto deste instrumento.

4.2 - Os pagamentos serão efetuados após atesto do setor competente e, dentro do cronograma de pagamento financeiro. Na data da apresentação da fatura o contratado deverá estar de posse, em plena vigência da CRF de FGTS, da CNDT, além das certidões de tributos estadual, municipal e federal (conjunta com a Dívida Ativa da União, Procuradoria Nacional e Seguridade Social),

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Havendo erro na fatura ou descumprimento das condições pactuadas,



no todo ou em parte, a tramitação da fatura será suspensa para que a **CONTRATADA** adote as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerado, para efeito de pagamento, a data de reapresentação da fatura, devidamente corrigida.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajuste de preço.

4.3. – O termo contratual poderá durante o seu prazo de execução, caso ocorra uma das situações previstas no art. 65 da Lei 8.666/93, e em seus incisos e parágrafos, ser alterado, mediante justificativa e autorização da autoridade competente, através de termo de aditamento, cujo extrato deverá, para ter eficácia, ser publicado em órgão de imprensa oficial.

4.4. – Os reajustamentos de preços do objeto a ser contratado, quando e se for o caso, serão efetuados e calculados de acordo com as disposições específicas vigentes, editadas pelo Governo Federal.

4.5. – Ocorrendo reajustamento de preços, autorizado pela Administração, os mesmos serão reajustados pela variação do percentual resultante da diferença do preço fixado para o dia de apresentação da proposta e o dia da entrada em vigor do novo preço, aplicando-se sobre o preço proposto.

4.6. – A empresa a ser contratada deverá apresentar documento oficial comprovando o reajuste, acompanhado de requerimento.

CLÁUSULA QUINTA – DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO

5.1. – O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do **CONTRATANTE**, sob pena de imediata caducidade.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.1. – A vigência deste Contrato será pelo prazo de **12 (doze) meses**, a partir da data de assinatura, podendo, entretanto, ser prorrogada se presentes os requisitos exigidos pelo art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALOCAÇÃO DE RECURSOS

7.1. – As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

UNID. ORÇAMENTÁRIA: 1818 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROJETO ATIVIDADE: 2003 - Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos
ELEMENTO DE DESPESAS: 33903000 – Material de Consumo;
FONTE: 0100 - Recursos Ordinários
0142 – Royalties/FEP/Compensação Financeira de Exploração de Recursos Minerais

UNID. ORÇAMENTÁRIA: 1319 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO ATIVIDADE: 2003 – Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos
2044 - Manutenção dos Serviços de Atenção Básica em Saúde
2045 - Manutenção dos Serv. de Gestão Ambulatorial e Hospitalar
2047 - Atenção Especializada em Saúde Mental – Caps
2050 - Manutenção dos Serviços de Vigilância Em Saúde
ELEMENTO DE DESPESAS: 33903000 - Material de Consumo;
FONTE: 6102 – Receita de Impostos e Transferência de Impostos Saúde
0114 – Transferência de Recursos d Sistema Único de Saúde - SUS

UNID. ORÇAMENTÁRIA: 1218 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROJETO ATIVIDADE: 2038 - Funcionamento da Rede de Educ. Básica - Ensino Fundamental



2039 - Funcionamento da Rede de Educação Básica – Creche
2040 - Funcionamento da Rede de Educação Básica – Pre Escola
2042 - Funcionamento da Rede de Educação Básica - Ensino de

Jovens, Adultos e Idosos

2036 - Funcionamento da Rede de Educ. Básica - Ensino Especial

ELEMENTO DE DESPESAS: **33903000** - Material de Consumo;

FONTE:

7101 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos –

Educação – 25%

0119 - Transferências FUNDEB (aplicação em outras despesas de

Educação Básica - 40%)

0104 – Contribuição ao Programa Ensino Fundamental – Salário

Educação

UNID. ORÇAMENTÁRIA:
E HABITAÇÃO

0514 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

0515 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0516 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

PROJETO ATIVIDADE:

2003 – Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos

2006 – Ações Integradas e Articuladas em Parceria com Entidades de

Assistência Social

2010 – Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social

2011 – Serviço de Proteção Social Especial as Pessoas com

Deficiência

2012 – Serviço de Proteção Social Especial as Pessoas Idosas e

SUAS Família

2007 – Serviço de Acolhimento a Criança e Adolescente

2008 – Serviço ou Proteção Social Básica

2009 – Serviço ou Proteção Social Especial de Alta Complexidade

2013 – Gestão Descentralizada do Bolsa Família

2014 – Gestão Descentralizada do SUAS

2017 – Manutenção da Proteção Social Especial de Média

Complexidade do SUAS

2018 – Manutenção do Fundo da Criança e do Adolescente

ELEMENTO DE DESPESAS: **33903000** – Material de Consumo;

FONTE:

0100 – Recursos Ordinários;

0128 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Assistência

Social – FEAS

0129 – Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência

Social – FNAS

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. – Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo **CONTRATANTE**, respeitado o devido processo legal, e sem que assista à contratada direito a qualquer indenização, nas seguintes hipóteses:

- Inadimplemento pela contratada de quaisquer das cláusulas e condições aqui estabelecidas;
- Atraso no cumprimento das “ordens de serviços”;
- Superveniência de incapacidade financeira da contratada devidamente comprovada;
- Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, ou concordata da contratada, requeridas ou decretadas;
- Cessão total ou parcial deste contrato e dos créditos dele decorrentes, sem prévia e escrita autorização do contratante.



PARÁGRAFO PRIMEIRO – Rescindido o contrato, por quaisquer destes motivos, a contratada terá direito, apenas, ao pagamento, dos serviços efetivamente prestados e aceitos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Ficará o presente contrato rescindido, de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo das sanções cabíveis nos casos enumerados nos arts. 78 e 80 da lei n.º 8.666/93, alterada pela lei n.º 8.883/94.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES

9.1. – A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como qualquer dano causado à **CONTRATANTE** ou a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A **CONTRATADA** declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, contribuições fiscais, para-fiscais, emolumentos, encargos sociais e todas as despesas incidentes sobre a compra do material, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A **CONTRATADA** responderá por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na execução do serviço, salvo na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, devidamente apurados na forma da legislação vigente, quando comunicados à **CONTRATANTE** no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas da ocorrência, ou por ordem expressa e escrita da **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Ficando comprovado, depois do negócio realizado e antes da entrega do objeto que a **CONTRATADA** acresceu indevidamente a seus preços valores correspondentes a quaisquer tributos, encargos, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais não incidentes sobre a compra efetuada, tais valores serão imediatamente excluídos, com o reembolso do valor que porventura tenha sido pago à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. – A adjudicatária **CONTRATADA** sujeitar-se-á, no caso de inadimplemento de suas obrigações, às seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, se for o caso, de acordo com a Lei 8.666/93, em sua atual redação, apurado em processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório constitucional:

a) Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido.

b) Multas de até:

b1) 0,20% (vinte décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no prazo contratual, até o trigésimo dia, ou nos prazos parciais das Ordens de Serviços, limitadas a 20% do valor da fatura;

b2) 0,40% (quarenta décimos por cento) do valor deste contrato, por dia de atraso superior a 30 (trinta) dias, limitadas a 20% do valor da fatura;

b3) multa de até 30% (trinta por cento) em caso de descumprimento das normas desse edital e do contrato.

c) A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor atualizado do contrato, sem prejuízos da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual;

d) Suspensão do direito de contratar com o Município de SANTO AMARO pelo período máximo de 5 (cinco) anos nas hipóteses previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a



Administração, por prazo na superior a 02 (dois) anos em situações não previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

g) O valor de cada multa será atualizado monetariamente, caso haja fator de reajustamento de preços vigente no mês em que cessar o motivo que lhe deu origem.

h) As multas previstas na alínea "b" poderão, a critério da Administração, serem aplicadas isoladas ou conjuntamente com outras sanções, a depender do grau da infração cometida pelo adjudicatário.

i) Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis ou serem deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Prefeitura Municipal de SANTO AMARO.

j) Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à contratada, sob pena de multa.

l) Esgotados todos os prazos de execução do objeto do contrato que tiverem sido concedidos pela autoridade contratante, a contratada ficará automaticamente impedida de participar de novas licitações enquanto não ressarcir os danos causados à Administração Pública Municipal ou cumprir a obrigação antes assumida, sem prejuízo de outras penalidades.

10.2. – A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será de competência do Prefeito Municipal de SANTO AMARO, as demais penalidades serão de competência do(s) Secretário(s) solicitantes, no caso em apreço **o Secretário Municipal de Administração.**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO E VINCULAÇÃO

11.1. – O presente Contrato será publicado, por extrato, no Mural das Dependências Públicas Municipais e em Diário Oficial no prazo máximo de vinte (20) dias, contados da data de sua assinatura.

11.2. – Este contrato fica vinculado no seu todo e, principalmente, nos casos omissos, a Lei nº 10.520/02, subsidiada a Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, como também, ao Edital de **Pregão Presencial nº 047/2018.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. – As partes elegem, com renúncia expressa a qualquer outro, o Foro da Comarca de SANTO AMARO, Estado da Bahia, para submeter o presente Contrato, obrigando ao seu integral cumprimento seus herdeiros e sucessores, a qualquer título.

E, por estarem, assim, justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de iguais teor e forma para uma só finalidade, afim de que possa produzir os seus devidos e legais efeitos.

Santo Amaro, de _____ de 2019

PREFEITO

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHA 1: _____

CPF: _____

TESTEMUNHA 2: _____

CPF: _____



PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019

ANEXO III

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

ASSUNTO: _____, objeto do **Pregão Presencial nº 019/2019**

Designação de Representante

Através da presente credenciamos o (a) Sr.(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____, e cadastro no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº _____, a participar da Licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de SANTO AMARO, na modalidade de **Pregão Presencial nº 019/2019**, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas, ofertar lances, recorrer, renunciar e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, _____ de _____ de 2019.

CARIMBO DA EMPRESA E ASSINATURA

DO REPRESENTANTE LEGAL

IDENTIFICAÇÃO DO CARGO/FUNÇÃO DO FIRMATÁRIO



PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019

ANEXO IV

(Papel timbrado ou carimbo da empresa)

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A _____ (Razão Social da empresa) _____, CNPJ nº _____, localizada na _____ **DECLARA**, para fins de participação na licitação **Pregão Presencial nº 019/2019** promovida pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO, e sob as penas da lei, e, em cumprimento ao Instrumento Convocatório acima identificado, declaramos para os fins da parte final do inciso VII do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02, termos conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, e ainda:

Para os fins do tratamento diferenciado e favorecido de que cogita a Lei Complementar nº 123/06, declaramos:

() Que não possuímos a condição de microempresa, nem a de empresa de pequeno porte

() Que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública, na condição de microempresa e que não estamos incursos nas vedações a que se reporta § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 **(apresentar comprovação)**.

() Que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública, na condição de pequeno porte e que não estamos incursos nas vedações a que se reporta § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 **(apresentar comprovação)**.

No que concerne ao conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, declaramos:

() para os efeitos do Inciso VII do Art. 4º da Lei 10.520/02, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, cientes das sanções factíveis de serem aplicadas a teor do art. 7º do mesmo diploma.

() para os efeitos do § 1º do art. 43 da Lei complementar nº 123/06, haver restrição na comprovação da nossa regularidade fiscal, a cuja regularização procederemos no prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da declaração do vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, cientes de que a não-regularização da documentação, no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal 8.666/93, especialmente a definida no art. 86.

_____ de _____ de 2019.

RAZÃO SOCIAL

CNPJ

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

E ASSINATURA

Assinatura e carimbo do fornecedor



PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

_____, _____, de _____ de _____

Local e Data

Licitante Interessado



PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DO LICITANTE DE QUE NÃO SE ENCONTRA SUSPENSO DE LICITAR OU IMPEDIDO DE CONTRATAR

Declaro, na condição de licitante, não estar suspenso de licitar ou impedido de contratar com qualquer entidade integrante da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, direta ou indireta.

_____, _____, de _____ de _____
Local e Data

Licitante Interessado